

COM/2024/20107

Quem somos

O cargo de Autoridade Europeia para a Proteção de Dados está previsto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições, órgãos e organismos da União Europeia e à livre circulação desses dados e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão 1247/2002/CE¹. O regulamento estabelece os princípios, direitos e obrigações que regem o tratamento de dados pessoais pelas instituições, órgãos e organismos da União Europeia, a fim de garantir que respeitem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares e, em especial, o seu direito à proteção de dados pessoais e da privacidade. A Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (Autoridade) chefia a autoridade de controlo independente que deve assegurar a correta aplicação das disposições do presente regulamento. A Autoridade age com total independência no desempenho das suas funções.

O orçamento geral da União Europeia para 2025 previu a afetação de cerca de 24,3 milhões de euros e aproximadamente 148 efetivos à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

A Autoridade tem sede em Bruxelas.

O que propomos

Funções da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados

A Autoridade controla e aplica as disposições do Regulamento (UE) 2018/1725. Para o efeito, deve desempenhar as funções previstas e exercer as competências que lhes são atribuídas por esse regulamento. Além disso, aconselha as instituições e órgãos da União Europeia e os titulares dos dados sobre todas as questões relativas ao tratamento de dados pessoais.

De uma forma geral, a Autoridade é responsável por garantir que os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, e nomeadamente o direito à proteção dos seus dados pessoais e da sua privacidade, sejam respeitados pelas instituições, órgãos e organismos da União Europeia no âmbito no processo de tratamento de dados pessoais. Deve controlar e garantir a aplicação das disposições do regulamento e de qualquer outro ato da União Europeia relacionado com a proteção dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas singulares no âmbito do processo de tratamento de dados pessoais por uma instituição, órgão ou organismo da União Europeia.

As funções da Autoridade podem ser descritas da seguinte forma:

- Controla e garante a aplicação do Regulamento (UE) 2018/1725 pelas instituições e pelos órgãos da União, com exceção do tratamento de dados pessoais levado cabo pelo Tribunal de Justiça no exercício das suas funções jurisdicionais;
- Promove a sensibilização do público e melhora a sua compreensão dos riscos, das regras, das garantias e dos direitos associados ao tratamento de dados. As atividades especificamente dirigidas às crianças devem ser objeto de especial atenção;

¹ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

- Promove a sensibilização dos responsáveis pelo tratamento de dados e dos subcontratantes para as obrigações que lhes incumbem nos termos do Regulamento (UE) 2018/1725;
- Mediante pedido, presta informações aos titulares dos dados sobre o exercício dos seus direitos nos termos do Regulamento (UE) 2018/1725 e, se necessário, coopera com as autoridades nacionais de controlo para esse efeito;
- Trata as reclamações apresentadas pelos titulares dos dados ou por organismos, organizações ou associações nos termos do Regulamento (UE) 2018/1725 e investiga, na medida do necessário, o conteúdo das reclamações, informando os seus autores sobre o andamento e do resultado das investigações num prazo razoável, em especial se forem necessárias operações de investigação ou de coordenação complementares com outras autoridades de controlo;
- Realiza investigações sobre a aplicação do regulamento (UE) 2018/1725, nomeadamente com base em informações fornecidas por outras autoridades de controlo ou outras autoridades públicas;
- Presta aconselhamento a todas as instituições e órgãos da União, por iniciativa própria ou mediante pedido, sobre medidas legislativas e administrativas relacionadas com a proteção dos direitos e das liberdades das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais;
- Acompanha os desenvolvimentos relevantes, na medida em que afetem a proteção dos dados pessoais, nomeadamente as evoluções registadas a nível das tecnologias da informação e da comunicação;
- Adota as cláusulas contratuais-tipo previstas no Regulamento (UE) 2018/1725;
- Elabora e conserva uma lista relativa ao requisito «avaliação de impacto relativa à proteção de dados», nos termos do Regulamento (UE) 2018/1725;
- Participa nas atividades do Comité Europeu para a Proteção de Dados;
- Assegura o secretariado do Comité Europeu para a Proteção de Dados, nos termos do artigo 75.º do Regulamento (UE) 2016/679;
- Presta aconselhamento sobre o tratamento de dados referido no artigo 40.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2018/1725;
- Autoriza as cláusulas contratuais e as disposições referidas no Regulamento (UE) 2018/1725;
- Conserva registos internos das violações do Regulamento (UE) 2018/1725 e das medidas tomadas;
- Desempenha quaisquer outras tarefas relacionadas com a proteção de dados pessoais;
- Elabora o seu regulamento interno.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem possuir:

Competências em matéria de gestão

- Capacidade para desenvolver e comunicar uma visão estratégica, refletir sobre sistemas e processos em termos globais e propor recomendações concretas e soluções exequíveis;
- Experiência de gestão de alto nível e as competências necessárias em matéria de liderança para gerir uma equipa de peritos muito especializada no domínio da proteção de dados e o respetivo orçamento, bem como uma comunidade diversificada de partes interessadas.

Competências e experiência especializadas

- Experiência comprovada no que respeita a questões relacionadas com a proteção de dados, quer na qualidade de membro de uma autoridade de controlo da proteção de dados quer de um grande organismo público ou privado;

- Experiência prática no que se refere à aplicação e garantia do cumprimento das regras de proteção de dados, de preferência no âmbito de grandes organismos do setor público ou privado;
- Experiência em matéria de avaliação do impacto sobre os cidadãos, as empresas e as administrações públicas europeias, das políticas da União Europeia no domínio da proteção dos dados.

Qualidades pessoais

- Experiência em matéria de comunicação e estabelecimento de redes de contactos, a fim de poder representar a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados ao mais alto nível e desenvolver e manter relações eficazes com as partes interessadas de outras instituições da União Europeia, Estados-Membros, países terceiros e outras organizações internacionais.
- Capacidade para agir com a independência e o sigilo profissional exigidos.

Condições de admissão

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, até ao termo do prazo para a apresentação das candidaturas, cumprirem os seguintes critérios formais:

- **Nacionalidade**: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- **Título ou diploma universitário**: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - um nível de formação académica correspondente a um ciclo completo de estudos universitários sancionados por diploma, se a duração normal desses estudos for igual ou superior a 4 anos;
 - ou um nível de formação académica correspondente a estudos universitários completos, comprovado por diploma, e experiência profissional adequada de, pelo menos, 1 ano, se a duração normal desses estudos for igual ou superior a 3 anos (este ano de experiência profissional não pode ser incluído na experiência profissional pós-licenciatura exigida infra).
- **Experiência profissional**: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura² a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas. Pelo menos cinco anos dessa experiência profissional deve ter sido obtida no domínio pertinente para as atividades da Autoridade.
- **Experiência de gestão**: pelo menos 5 anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido obtidos no desempenho de funções de gestão de alto nível³ num domínio pertinente para este cargo.

² Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tidas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, mas apenas por período máximo de três anos e desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

³ No seu curriculum vitae, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: (1) designação e natureza dos cargos de gestão exercidos; (2) número de efetivos sob a sua responsabilidade no

- **Línguas:** os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia⁴ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.

Seleção e nomeação

O Parlamento Europeu e o Conselho nomeiam a Autoridade, de comum acordo e por um período de cinco anos, com base numa lista elaborada pela Comissão na sequência de um convite público para a apresentação de candidaturas.

A Comissão Europeia elabora a lista de acordo com os seus procedimentos de seleção e recrutamento (ver igualmente o documento sobre a política relativa aos funcionários superiores «Compilation Document on Senior Officials Policy»⁵). Para tal, estabelece um júri de pré-seleção que avalia todos os pedidos segundo os critérios de admissão acima referidos, e identifica os candidatos cujos perfis melhor correspondam aos critérios de seleção para o perfil de Autoridade. Esses candidatos podem ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia. Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o Comité Consultivo decide dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o Comité Consultivo passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos.

Tendo em conta os resultados do júri de pré-seleção em causa, bem como o resultado das entrevistas com o Comité Consultivo, a Comissão Europeia elabora uma lista, que deve incluir pelo menos três candidatos. A lista de candidatos é pública e é transmitida ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Com base na lista elaborada pela Comissão, a comissão competente do Parlamento Europeu pode decidir realizar uma audição que lhe permita exprimir a sua preferência. Estas instituições podem decidir realizar outras entrevistas com os candidatos cujos nomes figurem na lista. A inclusão nesta lista não constitui uma garantia de que os candidatos venham a ser nomeados.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, as instituições europeias aplicam uma política de igualdade de oportunidades que encoraja as candidaturas que possam contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Regime aplicável aos Outros Agentes da União Europeia.

âmbito dessas funções; (3) dimensão dos orçamentos geridos; (4) número de graus hierárquicos superiores e inferiores; e (5) número de lugares de grau equiparável.

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01958R0001-20130701>

⁵ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#vacancies (apenas existe em inglês)

As regras e condições gerais de exercício das funções da Autoridade, incluindo os vencimentos, subsídios e quaisquer outros benefícios equivalentes à remuneração, são estabelecidas no artigo 54.º do Regulamento (UE) 2018/1725. Neste contexto, a Autoridade é equiparada a um juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia⁶.

A Autoridade será nomeada por um mandato de 5 anos, renovável uma vez.

O local de trabalho é Bruxelas.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas, agindo em seu nome, estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados ao secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho. Estas disposições aplicam-se, em especial, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, a Autoridade deve apresentar uma declaração em que se compromete a agir no interesse público e com independência, e mencionar quaisquer interesses suscetíveis de serem considerados prejudiciais para a sua independência.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem as suas candidaturas, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de alguns desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

⁶ O vencimento mensal de base é igual ao montante resultante da aplicação das seguintes percentagens ao vencimento de base de um funcionário da União Europeia no terceiro escalão do grau 16: Juiz: 112,5 %.

⁷ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço:
<https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, isso significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando-os a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo para a apresentação das candidaturas deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. As inscrições fora de prazo não serão aceites.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **18/7/2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.